

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000022-65.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica**
 Requerente: **Engenharia e Comercio Bandeirantes Ltda**
 Requerido: **Marcio Jose Rodrigues Costa Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA ajuizou a presente **TUTELA PROVISÓRIA DE URGENCIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO EM CARATER ANTECEDENTE** em face de **MARCIO JOSÉ RODRIGUES COSTA**, todos devidamente qualificados nos presentes autos.

Aduz a autora, em síntese, que em 2016 passou a se utilizar dos serviços do requerido para o plantio de grama em obras de sua responsabilidade; pagou por todos os serviços prestados; ocorre que no final de 2017 foi surpreendida com a notificação de um protesto realizado pelo requerido no 2º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São Carlos, no valor de R\$ 30.498,16, ressaltando que o título foi protestado sem que tivesse ciência ou motivação, e o valor auferido aleatoriamente pelo requerido. Sustentou que tentou contato com o requerido, sem obter êxito. Requer liminarmente a sustação do protesto. Juntou documentos às fls. 07/77.

Pela decisão de fls. 78/79 foi deferida a liminar pleiteada.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inicial foi emendada às fls. 97/104, pedindo a declaração de inexigibilidade do título e a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais.

O requerido apresentou contestação alegando que prestou serviços de hidrossemeadura e confecção/reparos de cercas para a requerente no trecho da Rodovia SP – 215, nos municípios de Alto Alegre e Penápolis, entre novembro de 2016 e janeiro de 2017; tais serviços foram contratados verbalmente, mas existem inúmeros e-mails trocados que comprovam a concretização; ponderou que a requerente manteve-se inerte quanto ao pagamento de parte desse serviço. Por inúmeras vezes solicitou que o pagamento fosse efetuado, mas não foi atendido. Diante do descaso emitiu a Nota Fiscal no valor de R\$ 30.474,83 bem como emitiu o boleto referente a referida NF e informou a requerente por e-mail. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação. Juntou documento às fls. 118/168.

Sobreveio réplica a fls.177/179.

Instados à produção de provas (fl. 190), requerente e requerido permaneceram inertes (cf. certidão de fl.193).

O requerido em sua defesa requereu os benefícios da justiça gratuita alegando dificuldades financeiras.

Na réplica, o autor impugnou o pedido de justiça gratuita formulado pelo réu.

Pela decisão de fls. 190 o requerido foi intimado a apresentar cópia de declaração de renda e balancete contábil mas ficou inerte, conforme certidão de fls. 193.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****É o relatório.**

DECIDO antecipadamente por entender completa a cognição e diante do desinteresse das partes em outras provas.

Primeiramente, é de rigor que o Juízo indefira o pedido de JUSTIÇA GRATUITA formulado pelo réu e impugnado pela autora.

O requerido pediu na defesa os benefícios da gratuidade de justiça alegando dificuldades financeiras.

Em réplica a autora impugnou o pedido de justiça gratuita.

Instado a apresentar sua declaração de renda e balancete contábil da empresa para que o Juízo pudesse aferir sua situação financeira, o requerido preferiu silenciar.

Assim, diante da inércia, fica INDEFERIDO o pedido de JUSTIÇA GRATUITA.

Passo a analisar o mérito.

A duplicata é um título causal e, por consequência, sua emissão está condicionada a efetiva prestação de um serviço ou à entrega da(s) mercadoria(s) consubstanciadas em um negócio, sob pena de nulidade.

A relação negocial entre as partes, a partir de 2006 está demonstrada nos autos. O requerido prestou serviços à autora, mais especificamente hidrossemeadura e plantio de grama e confecção e manutenção de cercas de arame, em trechos de Rodovias especificadas (cujas obras eram feitas pela autora).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Várias notas emitidas (e trazidas pela própria autora), exibidas as fls. 24/69 indicam nesse sentido: a mais antiga de abril de 2016 e a mais recente de setembro de 2017.

Nesse mesmo conjunto documental temos vários comprovantes de depósitos feitos pela autora à ré, para pagamento daqueles serviços.

A ré se diz credora de um resíduo referente a serviços (no plural) que teriam sido quitados apenas parcialmente pela autora.

Justifica a emissão da duplicata discutida argumentando que a autora pagou apenas 70% dos serviços a ela prestados naquilo que denomina “segunda frente de serviços” e 80% daquilo que denomina “primeira frente de serviços”. O título, assim, equivale aos 30% e 20% restantes.

Temos assim confissão expressa de que o saque ocorreu **abarcando serviços diferentes, o que é vedado.**

A legislação que rege as duplicatas estabelece que uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura ou nota fiscal (é o que prevê o art. 2º, parágrafo 2º, da Lei 5.474/68).

No caso de serviços, cada nota corresponde a um serviço e dá motivo para emissão de uma duplicata.

Assim, a emissão de um título representando o crédito de vários negócios repercute na própria validade da cambial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido a lição de Fábio Ulhoa Coelho:

De acordo com a sistemática prevista pela lei – que, hoje, se encontra parcialmente em desuso – o comerciante, ao realizar qualquer venda de mercadoria, deve extrair a fatura ou nota fiscal-fatura. Nos dois casos, ele elabora documento escrito e numerado, em que discrimina as mercadorias vendidas, informando quantidade, preço unitário e total. A duplicata será emitida com base nesse instrumento. Para o direito comercial, é irrelevante se o documento básico será a fatura ou nota fiscal-fatura, servindo ambas à finalidade de preparar a criação da duplicata. Diferenças há, entre uma e outra forma, apenas para o direito tributário. Esse procedimento deve ser adotado, tanto para as vendas à vista, como à prazo (LD, art. 1º e 3º, parágrafo 2º) – Curso de Direito Comercial, volume 1, 15ª edição, São Paulo, Saraiva, 2011, p. 481).

Nessa linha de ensinamento, em obra específica sobre o tema, complementando a justificativa para o disposto no artigo 2º, parágrafo 2º, da lei 5.474/68, LUIZ EMYDIO F. DA ROSA JR:

A duplicata é título causal e só poderá ser extraída em decorrência de fatura que comprove a compra e venda mercantil ou a prestação de serviços, e, assim, a duplicata tem sua origem na fatura, sem ser, no entanto, sua cópia ou reprodução. A vinculação do título à fatura visa a evitar que a duplicata possa corresponder a mais de uma fatura (LD, art. 2º, parágrafo 2º) porque cada fatura decorre de uma compra e venda ou de uma prestação de serviços e a duplicata não pode ser vinculada a mais de um negócio jurídico (Títulos de Crédito, 2ª ed. ver. e atual, Rio de Janeiro, Renovar, 2001, p. 672).

Como se tal não bastasse a ré não provou, como lhe cabia, a efetiva prestação desses serviços residuais que teriam sido prestados entre novembro de 2016 e janeiro de 2017.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nem mesmo os especificou.

Por fim, como já salientei, temos nos autos prova documental indicando que a autora quitou regularmente várias notas emitidas especificando serviços da mesma natureza em março, abril, junho, setembro e novembro de 2016 e fevereiro, março, abril e setembro de 2017, ou seja, o mesmo interregno acima descrito.

No mínimo estranho que a ré tenha recebido em todos esses meses os valores sem qualquer ressalva dos montantes que entendia em aberto, mesmo sabedora da existência de um resíduo.

Já o pleito indenizatório não merece acolhida, uma vez que o dano moral fica na dependência do protesto, que não ocorreu *in casu*.

Não há nos autos prova de que tenha ocorrido descrédito público da requerente com o irregular agir do réu.

A própria autora juntou comprovante de pagamento (fls. 22) do título apresentado em cartório no prazo especificado na notificação de fls. 21.

Assim, não foi dada publicidade ao protesto e nenhuma restrição= foi lançada sobre os dados pessoais da autora; o dissabor por ela experimentado não é capaz de ofender-lhe a honra e a dignidade.

Nesse sentido:

**RESPONSABILIDADE CIVIL – DANOS MORAIS – AUTORA
PESSOA JURÍDICA – COBRANÇA DE VALOR JÁ PAGO –
AUSÊNCIA DE PROTESTO OU NEGATIVAÇÃO OU DE**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DEMONSTRAÇÃO DE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO FATO – EXAME DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO – PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS IMPROCEDENTES – Ainda que reconhecido que houve cobrança indevida, diante da prova trazida pela autora de que já havia realizado o pagamento e, embora tenha sido apontado o título para protesto, este não se efetivou e não houve também negativação em cadastros de órgãos de proteção ao crédito, não sendo, ademais, demonstradas outras consequências do fato para a pessoa jurídica, o que deve estar relacionado à sua reputação e o seu conceito no mercado, junto a seus clientes e demais pessoas com quem se relaciona – Dano moral que não se presume no caso e não restou demonstrado – Recurso parcialmente provido (TJSP, Apelação 0902183-56.2012.8.26.0176, DJ 02/02/2016).

Mais, creio, é desnecessário apresentar.

Ante o exposto, **acolho parcialmente** o pleito inicial para **DECLARAR A INEXIGIBILIDADE** do título nº 03 (protocolo 388246-29/12/2017-08).

Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTE o pedido de danos morais.**

Diante da sucumbência recíproca as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes. Fixo honorários ao procurador da autora em R\$ 3.000,00 e ao procurado do réu também em R\$ 3.000,00.

Transitada em julgado essa decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos do artigo 523 e ss do CPC.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 05 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**